

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024

PROCESSO ADM. Nº 45/2024.

AO EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) NELTON BRUM, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, DO ESTADO DO PARANÁ E/OU COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

RECURSO ADMINISTRATIVO-HIERÁRQUICO

A empresa FORZA DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.135.499/0001-45, sediada na Avenida do Comércio no 25, VI. Maria José, Goiânia/GO, por intermédio de seu sócio administrador/representante legal, Sra. Leidimar Trigueiro, portador da carteira de identidade RG nº 4220416 SPTC-GO e do CPF/MF nº 009.099.071-45, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no CAPÍTULO II do art. 164, inciso 1º da Lei 14.133/21, formular a presente RECURSO às disposições do instrumento convocatório, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. TEMPESTIVIDADE.

Conforme prescrição contida no artigo 44 do Decreto Federal nº 10.024/2019, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

2. DA LICITAÇÃO.

"Edital"

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

Após o encerramento da disputa de lances, a empresa STRONGFER AGRÍCOLA LTDA inscrita no CNPJ: 54.860.866/0001-00 foi sagrada arrematante do lote 04 pela comissão de licitação e equipe de apoio.

Considerando que a proposta foi aceita e habilitada, é evidente o erro ocorrido pela comissão de licitação no julgamento da habilitação da arrematante, pois de acordo com o Edital da licitação

em apreço, ficou estabelecido em seu subitem 8.5.1, alínea d), dentre as exigências mínimas para habilitação, que as licitantes deveriam apresentar **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.**

Ocorre que, conforme se comprova mediante a imagem abaixo, é notório a **Não** apresentação do documento nos arquivos anexados no portal BLL pela empresa STRONGFER AGRICOLA LTDA, certo disso que, após a conferência dos documentos pela comissão de licitação foi alertado em chat às 10:42:22 (Figura 02) pelo próprio pregoeiro a inserção do Contrato Social ausente e inserido pela empresa arrematante às 10:45hs (Figura 01), juntamente com os documentos dos sócios:

FIGURA 01

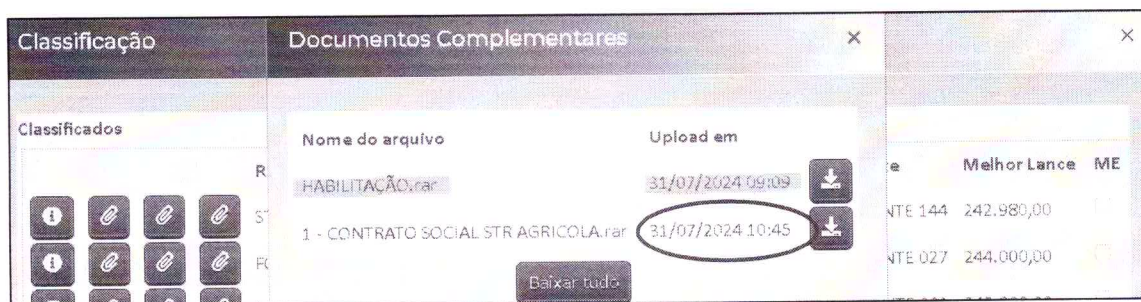
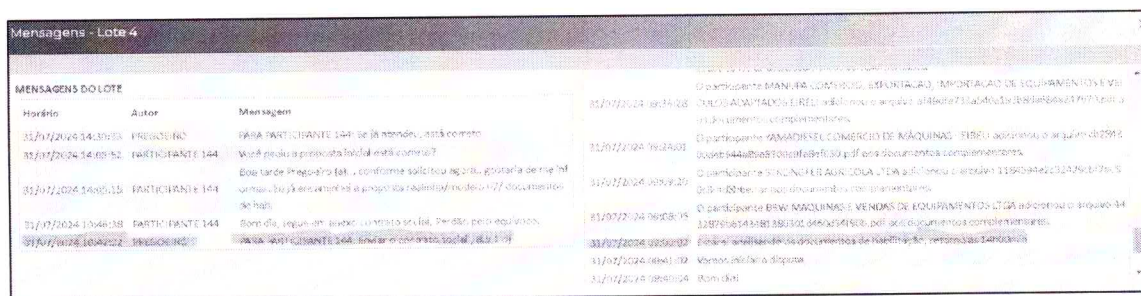






















FIGURA 02



Name	Documentos enviados após solicitação
 1- PROPOSTA SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.pdf	Name 
 2 - DECLARAÇÃO PADRÃO.pdf	 01. STRONGFER AGRÍCOLA - Contrato Social Deferido.pdf
 ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO.pdf	 2 - DOC. 1CNH CELSO.pdf
 BALANÇO DE ABERTURA.pdf	 4 - CNH-e CESAR.pdf
 Características Técnicas do Equipamento.pdf	
 CATÁLOGO ZOOMLION - RN1104.pdf	
 Certificado ISO 9001 - ZOOMLION.pdf	
 CND ESTADUAL ST - 17.12.2024.pdf	
 CND FALENCIA ST - 20.06.2024.pdf	
 CND FEDERAL ST - 17.12.2024.pdf	
 CND FGTS - 07.08.2024.pdf	
 CND MUNICIPAL ST - 18.09.2024.pdf	
 CND TRABALHISTA ST - 17.12.2024.pdf	
 CNPJ STR AGRÍCOLA - 17.07.24.pdf	
 INSC. ESTADUAL ST - 19.06.2024.pdf	
 SIMPLIFICADA ST - 20.06.2024.pdf	

Desta forma, deve-se aplicar a vinculação ao instrumento convocatório do certame e em hipótese alguma "privilegiar" qualquer licitante no julgamento objetivo dentro dos princípios da isonomia e legalidade do processo.

Vale ressaltar que o edital é claro no item 8.5.3, alínea b) (pág. 09) quanto à Capacidade Técnica: **O não envio, o envio indevido ou a falta de qualquer dos documentos acarretará na desclassificação ou inabilitação. Nesse caso, obedecida a ordem de classificação, prazo e demais exigência do edital, será convocada a próxima classificada.**

8.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, **ela será inabilitada.**

8.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos JÁ APRESENTADOS e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Com base no exposto, segundo um posicionamento conservador e tradicional, impõe-se a inabilitação da licitante que não apresentou todos os documentos de habilitação e o descumprimento as exigências mínimas do instrumento convocatório.

Para fins de evitar tautologia, tem-se que por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório consagrado pelo artigo 2º do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, desta forma, o licitante deve ser inabilitado:

Art. 2º DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, **da igualdade**, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Destaca-se que o presente recurso administrativo tem por objetivo, exclusivamente a **vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo**, principalmente no que se refere ao enquadramento nas situações previstas no edital de licitação.

Nesse sentido, para esclarecimentos o Ilustre Procurador-Geral do MINISTÉRIO PÚBLICO, Sr. Lucas Rocha Furtado se manifestou desta forma:

"O instrumento convocatório, **é a lei do caso**, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

No mesmo sentido o Tribunal de Justiça do Mato Grosso, em 07/04/2022...

MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA –
DESCCLASSIFICAÇÃO – INOSERVANCIA DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO –
SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

1. "O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato da administração às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório" (STJ, 2ª Turma, REsp. Nº 595.079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, J. em 22.09.2019).

Sendo assim, observa-se, que a administração dessa EMPRESA PÚBLICA tem o DEVER-PODER de rever seus próprios atos e anulá-los quando eivados de vícios, seja de ofício ou mediante provocação, como é o caso OBJETO desta PROPOSTA, conforme JURISPRUDÊNCIA emanada do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) que assim decidiu por meio da SÚMULA Nº 473 e assentou o seguinte, "**in verbis**":

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

3. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E DOS PEDIDOS:

Diante dos fatos e comprovações trazidas ao conhecimento do município de São José das Palmeiras, fica evidenciado a necessidade de se aplicar fielmente o regulamento interno, no caso em comento o edital, especialmente no que se diz respeito a desclassificação/inabilitação da empresa STRONGFER AGRICOLA LTDA uma vez que restou comprovada o descumprimento ao instrumento convocatório.

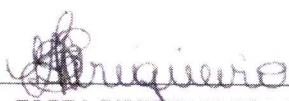
CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, nos termos da SÚMULA 473, do Supremo Tribunal Federal.

4. DO PEDIDO:

A empresa FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, vem **mui respeitosamente**, requerer junto a esta administração pública:

- 1) Que o presente recurso administrativo-hierárquico seja considerado PROCEDENTE por apresentar elementos suficientes para justificar a reforma da decisão que inicialmente considerou habilitada a arrematante, aplicando-se o regulamento da Lei 14.133/21 de licitações em conjunto com o edital e promovendo-se a desclassificação/inabilitação da arrematante;
- 2) Que o certame prossiga na forma da Lei com convocação dos participantes remanescentes.

Goiânia/GO, 06 de Agosto de 2024.


FORZA DISTRIBUIDORA LTDA
Leidimar Trigueiro (Sócio administrador)
RG: 4220416 SPTC-GO, CPF: 009.099.071-45



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024
PROCESSO Nº 035/2024

STRONGFER AGRÍCOLA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 54.860.866/0001-00** e inscrição estadual nº **262898900**, com sede na Rodovia BR 280, nº 8450, Sala 04, Bairro: Avaí, na cidade de Guaramirim, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 165, §4º da Lei 14.133/2021, interpor

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interpostos pela empresa **FORZA DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 46.135.499/0001-45**.

1 – DA TEMPESTIVIDADE DA CONTRARRAZÃO

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do item “**9. DOS RECURSOS**” a Recorrida tem o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar **CONTRARRAZÃO**, conforme:

“9. DOS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

(...)

9.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

STRONGFER AGRICOLA LTDA – CNPJ 54.860.866/0001-00
Rodovia BR 280, nº 8450 SALA 04 – Bairro: Avaí
CEP: 89.270-000 – Guaramirim – SC - (47) 3370-0242 – licitacao@greenbulls.com.br



9.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, desejando, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.”

Dessa forma, tempestiva à referente Contrarrazão.

3 – BREVE SÍNTESE FÁTICA DO CERTAME

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado pelo Município de São José das Palmeiras/PR, que tem como objetivo **“AQUISIÇÃO DO(S) EQUIPAMENTO(S), CONFORME DESCRITIVO ABAIXO E DE ACORDO COM DEAMIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO VII”** o qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2024, no dia 31 de julho do corrente ano.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o resultado divulgado ainda no mês de julho.

Conforme critério de julgamento dos lances, fora de forma por LOTE, a empresa Recorrida STRONGFER AGRÍCOLA LTDA, consagrou-se vencedora.

Cumprindo todas as exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs Recurso Administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS E INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão dessa Ilustríssima Comissão que declarou a empresa Recorrida como VENCEDORA do referido certame.

A Recorrente alega que a empresa Recorrida, deixou de cumprir com as exigências do Edital

Entretanto, conforme será demonstrado, o Recurso Administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

4 – DAS RAZÕES

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, Comissão, que a Administração e os licitantes devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.



Isto posto, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabidamente quando habilitou a empresa Recorrida por entender que a mesma atendeu rigorosamente e integralmente a todas as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Esclarece-se que a empresa Recorrente deve possuir o **PLENO DIREITO** de interpor Recurso, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recurso com alegações **INCABÍVEIS**, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR A AQUISIÇÃO DOS MAIS VARIADOS MAQUINÁRIOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o Recurso Interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, com claro intuito de tumultuar o prosseguimento do mesmo.

Com a devida vênia, a empresa Recorrente tenta levar a Comissão ao erro, fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo, a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado a ela desfavorável.

Sendo que tal postura não pode e não deve ser tolerada.

A Recorrente questiona a habilitação da Recorrida no referido certame. Pedindo a sua INABILITAÇÃO, por entender que a mesma descumpriu com normas legais.

Vejamos o que traz o Recurso Administrativo:

"1) Que o presente recurso administrativo-hierárquico seja considerado PROCEDENTE por apresentar elementos suficientes para justificar a reforma da decisão que inicialmente considerou habilitada a arrematante, aplicando-se o regulamento da Lei 14.133/21 de licitações em conjunto com o edital e promovendo-se a desclassificação/inabilitação da arrematante;"

Pois bem, cabe destacar que o Edital **CONSTITUI LEI ENTRE OS SEUS PARTICIPANTES, E QUE DE SUAS DISPOSIÇÕES NINGUÉM PODE SE FURTAR AO CUMPRIMENTO.**



O Edital é a Lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. O Edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele quem fixa as condições para realização do certame, determinando seu objeto, discriminando as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

Sua publicação é estabelecida por lei, assim como sua possibilidade de impugnação.

A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme texto da Lei 14.133/2021, art. 54.

“§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.”

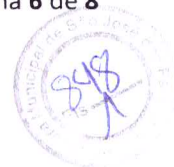
Os propósitos do Edital já o configuram como **INSTRUMENTO NORMATIVO**, sendo eles:

- Convocar os potenciais interessados;
- Identificar o escopo da licitação;
- Informar o procedimento adotado, os critérios de habilitação e julgamento das propostas e cronograma das fases;
- Dar publicidade à minuta do contrato administrativo e respectivos anexos.

Visto isso, o Edital deve ser lido (com extrema atenção) por todos os licitantes, pois não só informará o desejo de compra e a forma como será feita, mas regimentará a sua execução. Além das ilegalidades e irregularidades que não devem ser cometidas pelos licitantes.

Vejamos o que diz o item “FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA”:

“FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA



o envio dos documentos de habilitação previsto no item 8.5. O prazo iniciava-se às 14h00min e encerra-se às 16h00min. Retorno às 16h10min."

Pelo exposto, é insustentável a alegação de que a Recorrida "*não apresentou todos os documentos de habilitação, descumprindo as exigências mínimas do instrumento convocatório*". Conforme demonstrado, a Recorrida providenciou o envio dos documentos exigidos antes mesmo de qualquer solicitação do Agente de Contratação. Além disso, dentro do prazo adicional de 02 horas concedido para o envio de documentos, a Recorrida ainda poderia anexar quaisquer documentos que fossem necessários.

No mesmo sentido, há o caso de uma outra empresa que realizou a inserção dos documentos um a um, sem qualquer restrição, também antes do prazo estipulado pelo Agente de Contratação, conforme ilustrado na imagem abaixo. Uma vez expirado o prazo de 02 horas, nenhuma alteração ou inclusão de novos documentos poderia ser realizada, o que está em conformidade com as regras do processo.

31/07/2024 14:00:21 - Volante aos licitantes supracitados qualificados os vendedores o envio da proposta inicial e o Modelo 2 para o envio, bem como o envio dos documentos de habilitação previsto no item 8.5. O prazo encerra-se às 14h00min e encerra-se às 16h10min.

31/07/2024 11:55:13 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo c1f17d6831b6d0b04c7d67519e3b1f5.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:57:14 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 05d03d1792c45771616444d6e9e3b1e.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:07 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 0f9c85361d14434299e957d7a8755dcd.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:45 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 065118f56b0d47512b3ba34663145b74.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:26 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 63511b23d3e2472dax093332eb9a8882.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:05 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo c7d97d0d5f0c0b0a78f6d0ba80a4d93.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:46 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo c7730b042e44d1d8b78e545f6543e06.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:02 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 707ec0a9ed144719d93fca42baf0f0a.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:04 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo f83215671420ca3b87d3e711500217.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:29 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo f52028771d5407eadd0ef8617d0.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:14 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 944c517d9f99000187a72b0c0ca04a3.pdf aos documentos complementares.

31/07/2024 11:58:35 - O participante IDISA VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo cca330846c6042f971531306a46c63d.pdf aos documentos complementares.

Esse cenário ilustra a correta conduta da Recorrida, que seguiu à risca as exigências estabelecidas, não havendo espaço para contestação em relação ao cumprimento das obrigações previstas no instrumento convocatório.

Portanto, não há descumprimento dos requisitos de habilitação da empresa Recorrida, considerando que a Comissão analisou toda a documentação apresentada e não encontrou nenhuma inconsistência.

O Recurso Administrativo interposto pela Recorrente configura-se como uma tentativa de contorcionismo interpretativo, visando unicamente obstruir o procedimento licitatório, por mero aborrecimento.

Na tentativa de apoiar um entendimento quanto as questões relacionadas a demonstração da habilitação necessário embasar as respostas no que prevê nosso ordenamento jurídico. A nossa Constituição Federal, precisamente em seu art. 37, inciso XXI, determina que os requisitos para a habilitação devem ser, apenas, os indispensáveis à garantia e o cumprimento das obrigações contratuais.



[Handwritten signature]



“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Portanto, a ação de interpor Recurso Administrativo, não passa de uma ação protelatória, repleta de alegações infundadas, com o objetivo de obstrução da continuação do rito processual. Nesse caso, seria mais apropriado que a Recorrente deixasse de lado o aborrecimento e aceitasse o resultado do Certame, qual consagrou a empresa Recorrida como vencedora.

Cabe as empresas interessadas ater-se às exigências constantes no Edital e cumpri-las integralmente. Se julgar algumas dessas regras como “inapropriadas” ou “restritivas” pode-se apresentar impugnação.

Dessa forma, se confirma que a empresa Recorrida cumpriu com todos os requisitos de habilitação, não restando dúvidas quanto a assertiva da nobre Comissão em habilitar a empresa STRONGFER AGRÍCOLA LTDA.

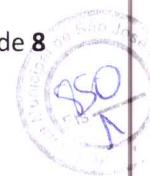
ASSIM, VERIFICA-SE QUE A INTENÇÃO DA RECORRENTE TEM NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO COM INTUITO DE TUMULTUAR O REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM ARGUMENTOS INFUNDADOS.

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar é a prerrogativa pela qual a Administração apura as infrações e aplica as penalidades ao infrator, que pode ser um servidor público ou um particular sujeito à disciplina administrativa.

“Sanção Administrativa, nas contratações públicas, pode definir-se como o exercício do poder-dever do administrador público em face da conduta do particular que venha a prejudicar e lesionar o poder público em suas contratações.”

Assim sendo, diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações, sem nenhum fundamento cabível, deixando a Administração de contratar com a Recorrida que possui capacidade técnica conforme previsto no edital e na legislação vigente, sendo que atendeu a todas as exigências do edital e da legislação em vigor.

Demostrou-se na presente peça que a empresa **STRONGFER AGRÍCOLA LTDA**, tomou todos os cuidados necessários para respeitar e cumprir estritamente o que foi estipulado

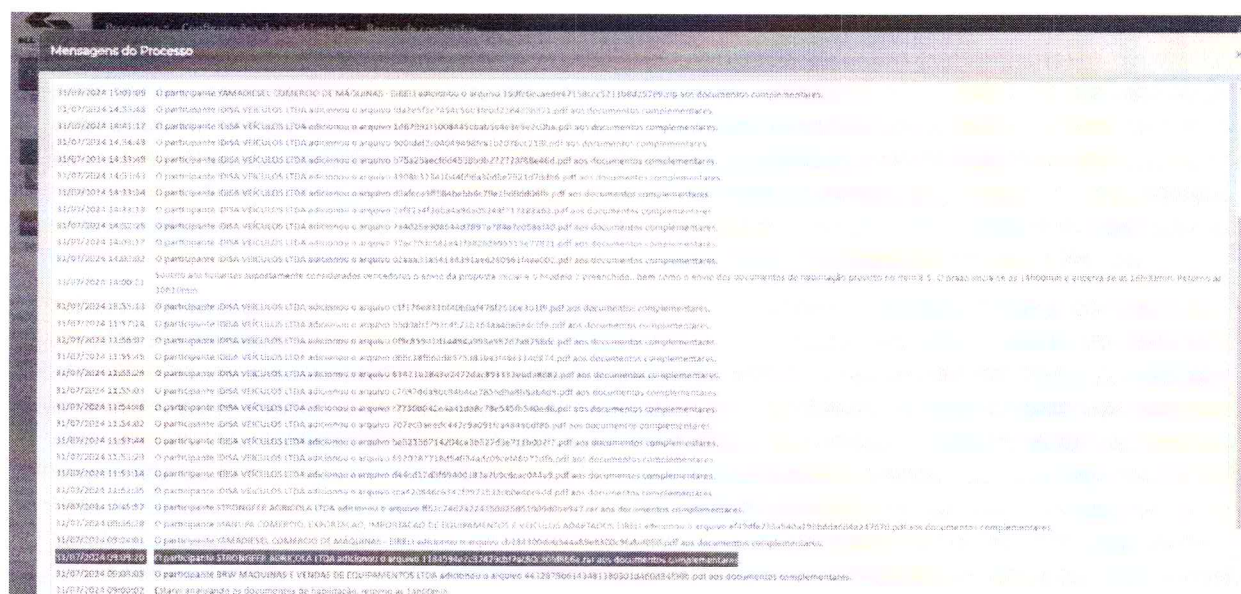


6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
(...)

6.14 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares.”

Conforme estabelecido no Edital, a empresa mais bem classificada teria o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio da proposta ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, juntamente com documentos complementares.

Conforme Print's do Portal BLL, antes mesmo da solicitação do Agente de Contratação, a Recorrida já havia anexado no Portal a Proposta Adequada, juntamente dos documentos de habilitação.



A Recorrida enviou Proposta e Documentos, às 09:09:20, e o Pregoeiro veio a solicitar o envio de Proposta e Documentos de Habilitação, apenas às 14:00h, tendo como prazo para envio das 14:00h às 16:00h.

Vejamos mensagem enviada pelo Agente de Contratação no Portal:

“31/07/2024 14:00:21 Solicito aos licitantes supostamente considerados vencedores o envio da proposta inicial e o Modelo 7 preenchido, bem como

STRONGFER AGRICOLA LTDA – CNPJ 54.860.866/0001-00
Rodovia BR 280, nº 8450 SALA 04 – Bairro: Avaí
CEP: 89.270-000 – Guaramirim – SC - (47) 3370-0242 – licitacao@greenbulls.com.br



pelo Edital, atendendo a todos os princípios. A postura de recorrer por ação infundada, por outro lado, demonstra desrespeito às aspirações administrativas.

5 – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer que:

1. **SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **STRONGFER AGRÍCOLA LTDA**.

Uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

**Nestes Termos,
Pede Deferimento.**

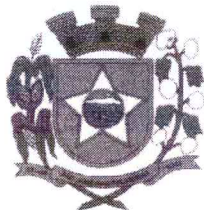
Guaramirim/SC, 09 de agosto de 2024.

CELSO MOACIR
GOMES:98263617049

Assinado digitalmente por CELSO MOACIR
GOMES:98263617049
ND: C=BR; O=ICP-Brasil; OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB; OU=RFB e-CPF A3; OU=AC
VALID-RFB V5; OU=AR: SC FORTE CERTIFICADO
DIGITAL; OU=Presencial; OU=26608319000198; CN=
CELSO MOACIR GOMES 98263617049
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2024.08.09 11:11:47-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

STRONGFER AGRÍCOLA LTDA
Celso Moacir Gomes
CPF: 982.636.170-49 – RG: 4071381761

STRONGFER AGRICOLA LTDA – CNPJ 54.860.866/0001-00
Rodovia BR 280, nº 8450 SALA 04 – Bairro: Avaí
CEP: 89.270-000 – Guaramirim – SC - (47) 3370-0242 – licitacao@greenbulls.com.br



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 13 de agosto de 2024.

Ao
Sr. Herbert Correia Barros
Advogado do Município

Ref. Pregão Eletronico nº 019/2024

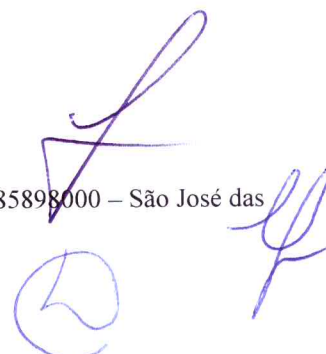
Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

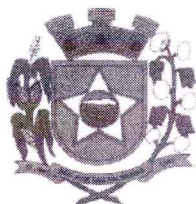
- Recursos Administrativos interpostos pelas empresas: Forza Distribuidora de Máquinas Ltda e Possoli Caminhões Ltda.
- Contrarrazões de Recursos apresentados pelas empresas: Idisa Veículos Ltda e Strongfer Agrícola Ltda..

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo licitatório já citado, solicito ao procurador do município que faça manifestação, através da emissão de seu parecer jurídico.

Segue dos documentos acima citados.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

53

PARECER JURÍDICO

Assunto: Recursos - Pregão Eletrônico 019/2024 - Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR

Requerente: Departamento de Licitação

Data: 14 de agosto de 2024.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Forza Distribuidora de Máquinas Ltda., em face da empresa Strongfer Agrícola Ltda., no qual a recorrente afirma que “a recorrida não apresentou a totalidade dos documentos exigidos no edital, e que tal conduta gera a desclassificação ou inabilitação da mesma”.

Em contrarrazões, a empresa Strongfer Agrícola Ltda. afirma que “providenciou o envio dos documentos exigidos antes mesmo de qualquer solicitação do Agente de Contratação, dentro do prazo de 2 (duas) horas concedido para o envio”.

Em suma, estes são os fatos. Passa-se a analisar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

II.I. DA COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE:

A Nova Lei de Licitações, ao tratar sobre as atribuições do órgão de assessoramento jurídico da Administração, estabelece que cabe a ele realizar controle de legalidade, mediante análise jurídica das contratações públicas.

No âmbito no Município de São José das Palmeiras, a competência para realizar a análise jurídica é da Procuradoria Jurídica.

Nesse sentido, é o que se extrai do Decreto Municipal nº 056, de 24 de maio de 2023, vejamos:

Art. 56 - Além do controle prévio de legalidade previsto no art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, incumbe à Procuradoria Jurídica o assessoramento jurídico, por meio de apoio e auxílio às autoridades responsáveis pela tomada de decisões, e aos agentes do processo de contratação.

Logo, verifica-se que é atribuição desta Procuradoria proceder com o controle de legalidade quando solicitado pelo pregoeiro ou agentes de contratação.

II.II. DA ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Neste sentido, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, “in verbis”:

É que, no processo licitatório, não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. **Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades.** No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.

Desta feita, verifica-se que a atividade dos procuradores jurídicos atuantes, assim como ocorre com a atividade advocatícia de maneira geral, limita-se à análise da **compatibilidade jurídica** da matéria trazida a exame, sem prejuízo de, eventualmente, sugerir soluções vislumbradas por esta unidade de assessoramento jurídico, que devem ser objeto de consideração por parte do gestor, que detém, no entanto, a palavra final sobre a implementação de políticas públicas no âmbito municipal, nos limites do seu juízo de mérito.

II.III. DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, é importante que se admita que o presente Edital n.º 019/2024 é oriundo do Paraná Cidade, o qual, mediante transferência de recursos estaduais, estabelece regras e o modelo editalício básico a ser adotado pelos municípios beneficiados.

Ao analisar atentamente o conteúdo do recurso interposto, observa-se que ponto de divergência/debate reside acerca do momento da apresentação de documentos pela empresa Recorrida, e sobre a legalidade da apresentação de documentos complementares quando solicitados pelo pregoeiro.

Pois bem.

Quanto a fase de habilitação jurídica, disposta no item 8.5.1. e seguintes, observa-se que tal fase demanda a apresentação dos seguintes documentos, vejamos:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

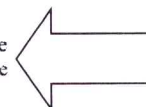
Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



8.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

8.5.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa;
- b) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- g) Declaração unificada, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV;
- h) Declaração (Anexo IV), sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 10.097/00);
- i) Procuração do representante do licitante para participar do pregão, se for o caso.



Dentre os documentos mencionados no edital, constata-se a indicação de “Ato constitutivo, estatuto ou contrato social”, bem como a “Cédula de Identidade, no caso de pessoa física”, conforme itens b e d.

No dia 31/07/2024, nota-se que o pregoeiro solicitou as 14 horas a juntada das propostas e o modelo 7 preenchido, bem como os documentos de habilitação previstos no item 8.5, ou seja, com prazo inicial as 14 horas e termo final 16 horas.

Neste sentido, constatou-se que a empresa STRONGFER AGRÍCOLA LTDA. apresentou, ao invés do contrato social, uma certidão simplificada digital, razão pela qual o pregoeiro, utilizando-se de suas prerrogativas, solicitou a documentação faltante, conforme previsto no item 8.8.3, vejamos:

8.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Ainda, de fato, ao analisar a tela sistêmica, observa-se que o ato constitutivo integral fora protocolado após o prazo inicialmente conferido, especificamente as 10 horas e 45 minutos do mesmo dia, vejamos o recorte:

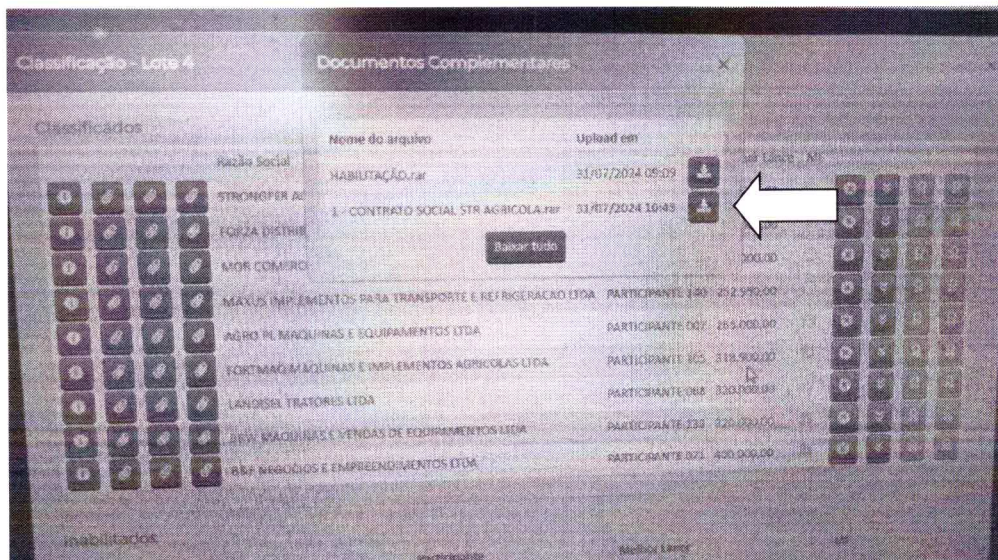


ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150- São José das Palmeiras-PR



Portanto, nota-se que a postura adotada pelo Pregoeiro esta imbuída de boa-fé, pois diante da apresentação de certidão simplificada, este compreendeu que o contrato social seria uma documento complementar, que reafirmaria informações já juntadas.

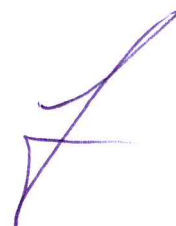
Entretanto, a literalidade do item 8.5.1., d, do Edital, demonstra que o contrato social não se trata de documento complementar, mas de documento necessário/essencial.

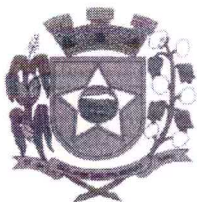
A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 81, DE 10 DE JUNHO DE 2020, dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, na qual se trata sobre os documentos que serão emitidos e arquivados pela junta comercial estadual.

Em tal instrução, especificamente no art. 96, dispõe que “a Certidão Simplificada constitui-se de extrato de informações atualizadas, constantes de atos arquivados e/ou de arquivos eletrônicos, conforme anexo VIII desta Instrução Normativa”, ou seja, trata-se de uma descrição resumida do contrato social.

Por outro lado, o art. 95, III, da mesma Instrução Normativa, disciplina a emissão de certidões de inteiro teor, ou seja, da integralidade das informações constantes no ato constitutivo da empresa.

Portanto, resta claro que se trata de documento distinto, e, que a versão simplificada não visa substituir a modalidade “de inteiro teor”, mas possibilitar a emissão de um documento digital com informações essenciais.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Ora, dentre os princípios norteadores da licitação encontra-se o princípio da legalidade, o qual obriga a administração pública e as partes obedecerem rigorosamente o conteúdo expresso na lei e nos editais publicados.

No caso em tela, compreende-se que a **literalidade do item 8.5.1., d, do Edital, não permite uma interpretação extensiva**, a fim de que possamos concluir que a certidão simplificada poderia substituir a apresentação dos atos constitutivos integrais.

Por outro lado, também é importante repisar que não constitui má-fé do pregoeiro solicitar documentos complementares, quando este verifica a existência de informações pré-constituídas na fase de habilitação, porém, o equívoco interpretativo se deu na caracterização do contrato social como documento complementar.

De todo modo, nota-se que a suspensão do certame para análise dos recursos interpostos não ensejou a homologação ou prejuízo das partes envolvidas.

Neste sentido, diante da apresentação “a posteriori” de documento essencial, qual seja, os atos constitutivos (contrato social), compreendo que seja necessária a aplicação dos efeitos constantes no item 8.8.1 do edital, o qual diz:

8.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, acerca do recurso interposto pela empresa Forza Distribuidora Ltda., em face da empresa Strongfer Agrícola Ltda., compreendo que o pedido de desclassificação/desabilitação, por suposto descumprimento editalício, merece ser **deferido.**

É o parecer.

gov.br

Documento assinado digitalmente

HERBERT CORREA BARROS

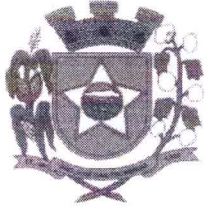
Data: 16/08/2024 12:11:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS

OAB/PR n.º 51.127

PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 035/2024

PREGÃO ELETRÔNICO: 019/2024

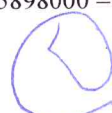
OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR

Diante do exposto no Processo Licitatório 035/2024 Pregão Eletrônico 019/2024, informo que ACATO o Parecer Jurídico, quanto ao recurso interposto pela empresa Forza Distribuidora de Maquinas Ltda e contrarrazões de recurso apresentado pela empresa Strongfer Agricola Ltda..

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

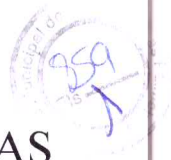
São José das Palmeiras, 16 de agosto de 2024.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 035/2024

PREGÃO ELETRÔNICO: 019/2024

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR

Consta Recurso administrativo e suas razões da empresa Forza Distribuidora de Maquinas Ltda e Contrarrecurso e suas razões da empresa Strongfer Agricola Ltda, Parecer Jurídico do senhor Procurador do Município, despacho do senhor Pregoeiro.

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam o recurso e contrarrecurso e o teor, considerando as disposições legais estabelecidas pela norma de regência, Lei 14.133/2021, RECONHEÇO recurso administrativo interposto pela empresa Forza Distribuidora de Maquinas Ltda e no mérito decido pelo seu **PROVIMENTO**, mantendo a decisão do Senhor Pregoeiro.

Comunica-se a parte interessada.

São José das Palmeiras, 19 de agosto de 2024.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal.

